



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 181174 - GO (2021/0219946-2)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
SUSCITANTE : MOINHO CENTRO NORTE LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : ROBERTO GOMES NOTARI - SP273385
JORGE NICOLA JUNIOR - SP295406
TIAGO ARANHA D ALVIA - SP335730
MARCO ANTONIO POZZEBON TACCO - SP304775
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E AMBIENTAL DE GOIÂNIA - GO
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 41ª VARA CÍVEL DE SÃO PAULO - SP
INTERES. : CPV SECURITIZADORA DE CREDITOS COMERCIAIS S.A.
ADVOGADOS : FABRÍCIO ROCHA DA SILVA - SP206338
ANDRÉ ZANETTI BAPTISTA - SP206889
CASSIO AUGUSTO TORRES DE CAMARGO E OUTRO(S) - SP255615

DECISÃO

Cuida-se de conflito de competência com pedido liminar suscitado pelo MOINHO CENTRO NORTE LTDA., em recuperação judicial, em que aponta como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E AMBIENTAL DE GOIÂNIA (GO) e o JUÍZO DE DIREITO DA 41ª VARA CÍVEL DE SÃO PAULO (SP).

A suscitante relata que "ingressou com pedido de Recuperação Judicial perante a 18ª Vara Cível da Comarca de Goiânia/GO, o qual foi autuado sob o nº 5281407-42.2021.8.09.0051, cuja antecipação dos efeitos do *stay period* (Art.6º, § 12 da LFRE) foi deferida em 07.07.2021" (fl. 5).

Afirma que "figura como executada na Execução de Título Extrajudicial nº 1054554-24.2021.8.26.0100, em trâmite perante a 41ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Capital/SP, movida por CPV Securitizadora de Créditos Comerciais S.A., a qual busca a satisfação do crédito de R\$ 513.046,77 (quinhentos e treze mil e quarenta e seis reais e setenta e sete centavos) relativo ao suposto inadimplemento dos "Termos de Cessão" e "Termos de Confirmação", vencidos em 03.05.2021, o que evoluiu para a distribuição de ação de execução de título executivo extrajudicial, com requerimento de atos de constrição de ativos financeiros da executada" (fl. 8).

Aduz que "01.7.2021, o Juízo da 41ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, deferiu o pedido de penhora da CPV Securitizadora de Créditos Comerciais S.A. (Doc. 3), e realizou pesquisa Sisbajud e bloqueou o valor de R\$ 103.819,22 (cento e três mil, oitocentos e dezenove reais e vinte e dois centavos)" (fl. 9).

Alega que há "incompatibilidade entre os atos praticados pelo D. Juízo da 41ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP em detrimento à exclusividade do Juízo Recuperacional para versar sobre o tema, considerando que bens da Suscitante foram constrictos, em total inobservância às normas e procedimentos regidos pela LFRE, configurando notório conflito de competência" (fl. 20).

Postula, liminarmente, que "seja determinada a competência provisória do D. Juízo da Recuperação Judicial, qual seja, 18ª Vara Cível da Comarca de Goiânia/GO, para decidir sobre os atos que possam atingir os patrimônios da Suscitante tendo em vista dos atos praticados pelo D. Juízo da 41ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP – rompendo nitidamente a competência exclusiva do Juízo Recuperacional da Suscitante, determinando-se, ainda, a suspensão de todos os atos deliberativos emanados por tal Juízo diverso, que possam ser direcionados aos patrimônios da Suscitante" (fl. 26).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, bem como quaisquer outros atos judiciais que envolvam o patrimônio das referidas empresas, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/1945 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal.

O art. 6º, incisos II e III, da Lei n. 11.101/2005, com a redação dada pela Lei n. 14.112/2020, reforça esse entendimento, porquanto determina que a decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica a suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência, bem como a proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.

Também estão sujeitas a esse Juízo quaisquer deliberações acerca de valores relativos a depósitos recursais existentes em reclamações trabalhistas, ainda que efetivados anteriormente à decretação da falência ou ao deferimento da recuperação judicial.

Mesmo em relação aos créditos não sujeitos à recuperação judicial, é competente o Juízo da recuperação judicial para determinar a suspensão dos atos de constrição que recaiam sobre bens de capital essenciais à manutenção da atividade empresarial durante o prazo de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, que será implementada mediante a cooperação jurisdicional. Isso é o que dispõe o art. 6º, § 7º-A, da Lei

n. 11.101/2005 com a redação dada pela Lei n. 14.112/2020.

Confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. LIMINAR DEFERIDA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. JUSTIÇA LABORAL. DEPÓSITO RECURSAL REALIZADO ANTES DO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO. RETENÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL. ART. 76 DA LEI N. 11.101/2005.

1. Os atos de execução dos créditos individuais e fiscais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, tanto sob a égide do Decreto-Lei n. 7.661/45 quanto da Lei n. 11.101/2005, devem ser realizados pelo Juízo universal. Inteligência do art. 76 da Lei n. 11.101/2005. Precedentes.

2. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência (CC 101.477/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 9/12/2009, DJe 12/05/2010).

3. É da competência do juízo da recuperação a execução de créditos líquidos apurados em outros órgãos judiciais, inclusive a destinação dos depósitos recursais feitos no âmbito do processo do trabalho (CC 162.769/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/06/2020, DJe 30/6/2020).

4. Agravo interno não provido. (AgInt no CC n. 172.707/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe de 2/10/2020.)

AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO - DECISÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO EM FACE DE EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL - COMANDO QUE AFRONTA DECISÃO DO STJ ADOTADA NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA N.º 152.434/MG - RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE.

1. Consoante a jurisprudência desta eg. Corte Superior, o ajuizamento da reclamação, que constitui medida correicional, pressupõe a existência de um comando positivo desta Corte Superior cuja eficácia deva ser assegurada, protegida e conservada. (ut Rcl 2784/SP, 2ª Seção, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJ 22/05/2009)

2. Iniciada a recuperação judicial, é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação. Precedentes da Segunda Seção. 2.1. As decisões proferidas pela Justiça do Trabalho que determinaram o prosseguimento da execução trabalhista implicaram, de fato, em ofensa à autoridade do julgado desta Corte, a ensejar o acolhimento da reclamação.

3. Agravo interno desprovido. (AgInt na Rcl n. 35.032/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Segunda Seção, DJe de 4/12/2020.)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO TRABALHISTA. DEPÓSITOS RECURSAIS.

1. Após o deferimento da recuperação judicial, é do juízo de falências e recuperação judicial a competência para o prosseguimento dos atos de execução relacionados a reclamações trabalhistas movidas contra a empresa recuperanda.

2. Ao Juízo recuperacional compete, inclusive, deliberar sobre os depósitos recursais constantes de ações trabalhistas, ainda que realizados anteriormente ao pedido de recuperação. Precedentes.

3. Agravo interno não provido. (AgInt no CC n. 163.175/GO, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 9/12/2020.)

Ressalte-se que esta Corte Superior mitiga a aplicação do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005, que assegura aos credores o direito de prosseguir em suas execuções individuais após o transcurso do prazo de 180 dias a partir da data em que deferido o processamento da recuperação judicial, por entender que sua aplicação "se mostra de difícil conciliação com o escopo maior de implementação do plano de recuperação da empresa" (CC n. 176.778/SP, Ministro Marco Aurélio Bellizze, DJe de 18/12/2020.)

Nesse sentido, veja-se: "o entendimento desta Corte preconiza que, via de regra, deferido o processamento ou, posteriormente, aprovado o plano de recuperação judicial, é incabível a retomada automática das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005." (AgRg no CC n. 130.138/GO, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 21/11/2013.)

Verifica-se, portanto, a presença do *fumus boni iuris* relativo ao pedido de suspensão da execução do título extrajudicial

O *periculum in mora*, por sua vez, está demonstrado por meio da decisão do Juízo suscitado, que determinou o bloqueio de ativos financeiros da suscitante (fls. 38-39).

Ante o exposto, defiro o pedido de liminar para suspender, até ulterior deliberação do relator, os atos executórios promovidos pelo Juízo de Direito da 41ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo (SP), nos autos da Execução de Título Extrajudicial n. 1054554-24.2021.8.26.0100, promovida por CPV Securitizadora de Créditos Comerciais S.A.

Designo, por conseguinte, o Juízo de Direito da 18ª Vara Cível e Ambiental de Goiânia (GO) para decidir, em caráter provisório, as medidas urgentes, inclusive a destinação dos ativos financeiros eventualmente bloqueados.

Comunique-se com urgência aos Juízos suscitados para que prestem as devidas informações no prazo de 10 dias, nos termos do art. 197 do RISTJ.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal pelo prazo de 15 dias (art. 198 do RISTJ).

Em seguida, encaminhem-se os autos ao relator.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente